



FICA, LUCIANA!
Com o posto ameaçado, ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação recebe apoio da comunidade da UFRJ

Página 3



Posse do novo reitor tem samba, ciência, cultura e democracia

Páginas 6, 7 e 8

CAEM OS MITOS

> Estudos recentes derrubam duas 'máximas' da ideologia neoliberal brasileira: o Estado tem menos servidores, em termos percentuais, do que países como Dinamarca, França, Estados Unidos e Chile. E os supersalários são restritos a menos de 0,5% do total do funcionalismo. Com isso, ganha força a ofensiva contra a reforma administrativa, em tramitação na Câmara.

Páginas 4 e 5

EDITORIAL

CAR@ COLEGA

DIRETORIA

O Estado brasileiro é inchado e a maioria dos servidores públicos tem altos salários e privilégios inacessíveis à população. Certamente você já leu, ouviu e talvez tenha até acreditado nessas afirmações. Mas elas caíram em descrédito nos últimos dias com a divulgação de alguns estudos de órgãos públicos, como o Ipea e o IBGE, e de entidades que estudam o Serviço Público brasileiro, como o Instituto Republica.org e o Centro de Liderança Pública (CLP). Esses estudos dão conta de que o Brasil tem menos servidores públicos, em termos percentuais, de que países como o Chile, os Estados Unidos e a Dinamarca. E mostram que os altos salários e privilégios estão restritos a menos de 0,5% do funcionalismo. Esses argumentos recém-demolidos são dois dos mais “fortes” pilares da reforma administrativa, que o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), prócer do Centrão, “ameaça” colocar em votação no plenário da Casa, mais por barganha do que por convicção. “A proposta de reforma administrativa que o Lira ameaça o tempo colocar para votar significaria agravar mais ainda a crise que atravessa o setor público, fruto da política de destruição da máquina administrativa que causou o esvaziamento dos órgãos públicos, como se observa no INSS”, avalia Sandro Cezar, presidente da CUT-Rio. Nossa matéria das páginas 4 e 5 detalha esses estudos e ouve sindicalistas e especialistas.

As páginas 6, 7 e 8 são dedicadas a uma festa da alegria, da



ASSEMBLEIA DEFINE COMISSÃO ELEITORAL

Já está definida a comissão responsável pelas próximas eleições da diretoria e do Conselho de Representantes da AdUFRJ. A assembleia geral de quinta-feira (3) escolheu os professores Felipe Rosa, como presidente da comissão eleitoral (foto), do Instituto de Física; Marta Castilho, do Instituto de Economia; e Karine Verdoorn, do Instituto de Ciências Médicas (ICM) do

Centro Multidisciplinar UFRJ - Macaé. A votação será nos dias 13 e 14 de setembro. Diferentemente de outros processos eleitorais, professores que fazem oposição à atual diretoria da AdUFRJ não compareceram à assembleia e também não indicaram nome para compor a comissão eleitoral, mesmo consultados previamente. As chapas à diretoria podem se inscrever até 13 de agosto. Haverá escolha também dos integrantes do Conselho de Representantes da AdUFRJ. As listas com os candidatos devem ser apresentadas até 2 de setembro. Todos os sindicalizados até 14 de julho podem votar. O pleito será virtual.

JURÍDICO

No início da assembleia, o advogado Halley Souza fez um breve balanço das ações da recém-contratada assessoria jurídica da AdUFRJ. “Já atendemos 183 professores nos plantões que estamos realizando às terças, quartas e quintas, nesses primeiros dias”, afirmou. O advogado citou que o novo escritório tem dedicado atenção especial a alguns

cultura e da democracia: a cerimônia de transmissão de cargos do novo reitor e da nova vice-reitora da UFRJ, os professores Roberto Medronho e Cássia Turci. O auditório do Centro de Tecnologia do Fundão foi pequeno para as mais de 800 pessoas que prestigiaram a posse, nesta sexta-feira (4). “Tenho o compromisso de devolver à sociedade o que em mim ela investiu”, disse, emocionado, o professor Roberto Medronho, que levou à cerimônia uma de suas fontes de inspiração: a mãe Neusa, de 91 anos. A posse abriu espaço para a diversidade da cultura brasileira, com direito a uma roda de samba, comandada pelo baluarte Noca da Portela, e a apresentações de música instrumental.

Na segunda-feira (31), o auditório Quinhentão do Centro de Ciências da Saúde também foi pequeno para abrigar o tanto de gente que prestigiou a palestra sobre os novos tempos da Ciência, Tecnologia e Inovação no país, da ministra Luciana Santos. A palestra se transformou em ato de apoio à ministra, cujo cargo é cobiçado pelo Centrão. “Todo o trabalho que está sendo feito em prol da ciência, tecnologia e inovação desse país não pode ser objeto de negociação para a governabilidade”, discursou, sob aplausos, o reitor Roberto Medronho, que destacou o auditório lotado, apesar do recesso letivo. Em sua palestra, onde demonstrou avanços incontestáveis em seus sete meses à frente da pasta, a ministra afirmou: “O Brasil definitivamente voltou. E nós estamos aqui para gritar em alto e bom som que a Ciência também voltou”. Foi aplaudida de pé, em demonstração unânime de apoio. Confira na matéria da página 3.

A AdUFRJ também se une ao coro: “Fica, ministra!”.

Boa leitura!

temas, como a execução individual da ação dos 3,17% (leia mais na nota a seguir). A assessoria jurídica também produziu um requerimento entregue à pró-reitora de Pessoal em reunião da semana passada — e noticiada na edição anterior do Jornal da AdUFRJ. O documento reivindica que os docentes tenham seus direitos preservados nas progressões e promoções funcionais.

PROCURAÇÃO DOS 3,17%

Os professores que estavam na carreira entre janeiro de 1995 e dezembro de 2001 — ou parte deste período — têm direito a valores atrasados da ação judicial dos 3,17%. O percentual é referente a um reajuste que os servidores federais não receberam durante o governo FHC. Mas atenção: é preciso assinar uma procuração, que está disponível no site (aba “serviços”, clique em “atendimento jurídico”) ou na sede do sindicato. Esta semana, o documento também foi remetido pelos correios para o endereço cadastrado de todos os filiados.

NOVAS VAGAS PARA AS UNIVERSIDADES

O MEC e o Ministério da Gestão e Inovação publicaram no Diário Oficial uma portaria conjunta que ampliou o Banco de Professores Equivalentes e Quadro de Referência dos Técnicos Administrativos de Educação das universidades federais. A UFRJ tem direito a mais 10 vagas efetivas para o magistério superior, além de duas para substitutos e visitantes; uma vaga para EBTT (Colégio de Aplicação) e 10 vagas para técnicos-administrativos.

CURSO COMEÇA SEMANA QUE VEM

A AdUFRJ conseguiu abrir mais duas turmas de quatro alunos para o curso de inglês focado na conversação. Ainda assim, ficaram mais 25 nomes na lista de espera. Se houver alguma desistência, o primeiro da listagem será chamado e assim sucessivamente. O objetivo das aulas é facilitar o trabalho dos professores em congressos internacionais ou em apresentações para colegas estrangeiros que visitam o Brasil. A primeira turma inicia as aulas na terça-feira.

CONVÊNIOS

Os professores filiados à AdUFRJ contam com um setor de convênios, que firma parcerias com empresas prestadoras de serviços em diferentes áreas (veja relação abaixo). A proposta é oferecer descontos em estabelecimentos como escolas, cursos, academias, clínicas estéticas e de saúde, entre outros. Para mais informações, os interessados podem entrar em contato com Meriane, no tel: (21) 99358-2477 ou pelo e-mail: meriane@adufrrj.org.br.

RIO DE JANEIRO



IBEU



CLUB PET



MAPLE BEAR TIJUCA



MIT CUIDADORES



ACADEMIA TIJUCA FIT



MADONA CLINIC



PSICARE PSICARE



FISIOTERAPIA RJ LTDA



CRECHE AMANHECENDO



CRECHE ESCOLA RECRIAR



CESTA CAMPONESA DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS



ROÇA URBANA ORGÂNICOS



JC LUZ CORRETORA



FLORA ENERGIA SUSTENTÁVEL



BAUKURS CENTRO DE ATIVIDADES CULTURAIS



ESCOLA ALFA



CLÍNICA ESTAÇÃO CORPORAL



HUMANA CLÍNICA MULTIDISCIPLINAR



MAIS FITNESS ACADEMIA



CORPUS CENTRO DE QUALIDADE DE VIDA



INSPIRE ENERGIA SOLAR



KALUNGA PAPELARIA



DROGARIA RAIA



#FICAMINISTRALUCIANA

FOTOS: ALESSANDRO COSTA

KELVIN MELO
kelvin@adufrrj.org.br

O auditório Quinhentão do Centro de Ciências da Saúde ficou lotado para receber a ministra de Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, no dia 31 de julho. A maciça mobilização, mesmo no recesso letivo, demonstrou o inegável apoio da UFRJ para a titular da pasta. O cargo é cobiçado por partidos do Centrão interessados apenas na exposição política, sem nenhum compromisso com o setor.

No xadrez de Brasília, o Partido Progressistas (PP) e o Republicanos pressionam o governo por ministérios em troca de apoio no Congresso. O MCTI é um dos alvos. Lula já admite mudanças no primeiro escalão para acomodar as siglas, mas ainda não definiu quais. A resposta deve ser dada na próxima semana.

Se dependesse da UFRJ, seria um sonoro “não”, no caso da Ciência. “Este ministério, para nós, vale ouro”, disse o reitor Roberto Medronho. “Todo o trabalho que está sendo feito em prol da ciência, tecnologia e inovação desse país não pode ser objeto de negociação para a governabilidade. Compreendo que ela é necessária para aprovar as grandes pautas, mas Saúde, Educação e Ciência, Tecnologia e Inovação não são áreas que podem ser negociadas. É simples assim”, completou.

O dirigente destacou o auditório cheio para ouvir a palestra. “Estamos em férias, ministra, e veja este auditório, que está cheio e com pessoas de pé”, afirmou. “A UFRJ estará na linha de frente em defesa do MCTI, pois acreditamos e confiamos no seu trabalho e de sua equipe. Por isso, não queremos que haja mudança”.

O anfitrião não foi o único a expressar esta vontade. “Desejamos que este trabalho continue para juntos reconstruirmos o país”, reforçou o professor Roberto Rodrigues, reitor da Universidade Rural do Rio de Janeiro. Além dele, representantes de todo o sistema de educação superior e pesquisa do estado prestigiaram a ministra. Estava todo mundo lá: o presidente da Finep, Celso Pansera; o presidente da Faperj, Jerson Lima; a secretária municipal de Ciência e Tecnologia, Tatiana Roque; diretores de institutos de pesquisa, dirigentes de outras universidades e políticos ocuparam assentos na mesa e no auditório.

APRESENTAÇÃO

Em sua apresentação, Luciana Santos retribuiu o carinho recebido na UFRJ. “O Brasil definitivamente voltou. E nós estamos aqui para gritar em alto e bom som que a Ciência também voltou”, afirmou Luciana. “E que as universidades não são espaços de balbúrdia como se dizia no governo anterior. Pelo contrário, para nós, é o espaço da excelência, da inteligência brasileira. Viva a universidade pública brasileira!”

Em apenas sete meses do



atual governo, os avanços na pasta são significativos. Além da retomada do diálogo com a comunidade científica, com a reinstalação do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, houve a correção dos valores

das bolsas da Capes e do CNPq, beneficiando 258 mil estudantes; o lançamento de editais de pesquisa no valor de R\$ 590 milhões e um concurso com 814 vagas para recompor os quadros técnicos das unidades de pesquisa do ministério. “Há mais de dez anos que não havia um concurso público”, informou Luciana.

A ministra mencionou ainda a recomposição integral do Fundo Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FN-DCT), sempre contingenciado na gestão anterior. Agora, o fundo dispõe de R\$ 10 bilhões para investimentos em 2023. “A recomposição do fundo nos permite avançar na construção de um país inclusivo e sustentável através da ciência, tecnologia e inovação”.

Em relação às universidades e institutos de pesquisa, outra boa

notícia. A ministra anunciou que o governo irá destinar R\$ 3,6 bilhões, nos próximos três anos, para reverter o cenário de sucateamento das instituições através do programa Proinfra, que é gerido pela Finep. “Somente este ano, já empenhamos R\$ 380 milhões com este objetivo”.

“Eu, como primeira mulher à frente do ministério da Ciência e Tecnologia do Brasil, quero dizer que a Ciência voltou. E, como a gente diz em Pernambuco, voltou ‘de com força’”, encerrou, aplaudida de pé pelo público.

A palestra do dia 31 tinha o sugestivo título de “Novos Tempos para a Ciência e Tecnologia no Brasil”. E tudo que a UFRJ quer é não voltar aos velhos e nada saudosos tempos de gente sem comprometimento com a pesquisa científica. Fica, ministra Luciana!

MINISTRA RECEBE DOCUMENTOS DO OBSERVATÓRIO DO CONHECIMENTO



ENTREGA Ministra Luciana Santos e secretário Luis Fernandes receberam os materiais do Observatório

Antes da palestra no Quinhentão, a ministra Luciana Santos recebeu uma pasta com docu-

mentos produzidos pelo Observatório do Conhecimento. “Apresentei o Observatório e falei de

nossa agenda em Brasília”, disse a professora Mayra Goulart, vice-presidente da AdUFRJ e coorde-

nadora da rede de associações e sindicatos docentes que defendem a universidade pública, além da liberdade acadêmica. O secretário-executivo do MCTI, professor Luis Fernandes, e o chefe de gabinete do ministério, Rubens Diniz, também ganharam cópias dos documentos. Entre os papéis, destaque para o Orçamento do Conhecimento: o estudo registra as perdas registradas nas receitas das universidades e institutos de pesquisa desde 2014. Em termos reais, os recursos despendiam de R\$ 40 bilhões para R\$

21.07 bilhões neste ano. Ou seja, o equivalente a apenas 53% do valor de nove anos atrás.

No próximo dia 23, na capital federal, haverá uma confraternização pelos quatro anos de fundação do Observatório. Os representantes do MCTI foram convidados. “Luis Fernandes, que já conhecia o trabalho do Observatório, disse que pretende comparecer ao evento, assim como a ministra”, afirmou Mayra. A data também marcará o lançamento da Frente Parlamentar em Defesa das Universidades Públicas.

Ofensiva contra a PEC 32 cresce em forma e conteúdo

> Governo vai negociar com líderes de partidos para arquivar a proposta ungrida no governo Bolsonaro. Estudos recentes derrubam argumentos de Estado inchado e supersalários

ALEXANDRE MEDEIROS
comunica@adufrrj.org.br

Pronta para entrar na pauta de votações no Plenário? É assim, sem meias-palavras, que está descrita no site da Câmara dos Deputados a situação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2020, de autoria do Poder Executivo, no governo Bolsonaro, que altera as regras de trabalho dos servidores e a organização da administração pública — a famigerada reforma administrativa. No momento em que o Centrão usa todo o seu poder de barganha para ampliar sua influência no governo Lula, é cada vez mais plausível a possibilidade de o presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL), colocar a PEC 32 em votação. Nos últimos dias, contudo, o movimento contra a reforma administrativa ganhou força — tanto em forma quanto em conteúdo.

Em termos de conteúdo, dois dos mais fortes argumentos dos defensores da reforma caíram por terra: o de que o Estado brasileiro é “inchado” e o de que os servidores ganham altos salários (sobre salários, leia matéria na página 5). Não é bem — aliás, não é nada — assim. Uma atualização dos dados da plataforma Atlas do Estado Brasileiro, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), órgão vinculado ao Ministério do Planejamento e Orçamento, mostra que esses dois argumentos são como lendas urbanas, propagadas e repetidas à exaustão, mas que não encontram lastro na realidade.

De acordo com o levantamento do Ipea, dos 91 milhões de trabalhadores brasileiros, 11,3 milhões estão no setor público (federal, estadual e municipal) com diferentes tipos de contratação, representando 12,45% do total. Um estudo comparativo do instituto Republica.org, com base em informações do Departamento de Estatísticas da Organização Internacional do Trabalho (OIT), mostra que esse percentual é inferior ao de países nórdicos onde vigora o Estado de bem-estar social, como Dinamarca (30,22%) e Suécia (29,28%), aos 23,48% da média dos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), e até aos 13,56% dos Estados Unidos.

DISCURSO IDEOLÓGICO

Vice-presidente da AdUFRJ e coordenadora do Observatório

FUNCIONÁRIOS NO SETOR PÚBLICO EM RELAÇÃO AO TOTAL DE TRABALHADORES, EM %

| | |
|---------------|--------------|
| Dinamarca | 30,22 |
| Suécia | 29,28 |
| Austrália | 28,90 |
| OCDE | 23,48 |
| Reino Unido | 22,63 |
| Canadá | 21,64 |
| França | 20,28 |
| Argentina | 19,31 |
| Uruguai | 16,92 |
| África do Sul | 15,57 |
| EUA | 13,56 |
| Chile | 13,10 |
| Brasil | 12,45 |
| México | 12,24 |
| Peru | 8,15 |
| Bolívia | 7,80 |
| Japão | 7,59 |

Fonte: Republica.org
(com base em dados da OIT)

do Conhecimento, a professora Mayra Goulart vislumbra um viés ideológico no discurso que apregoa o inchaço do Serviço Público. “Eu acredito que esse mito de que o Estado brasileiro é inchado, antes de tudo, desconsidera o fato de que não temos sequer um Estado de bem-estar social configurado. Ao contrário, nós temos escassez de instituições estatais para lidar com uma população e com uma magnitude territorial como as nossas. Essa visão de mundo que encara o Estado como uma ameaça ou como um ente com menor capacidade que o mercado para lidar com algumas questões é alimentada por interesses particulares, como os do mercado financeiro. O mesmo que concorre por recursos na economia real, e vice-versa”, analisa Mayra.

Na mesma linha, a professora Marta Castilho, do Instituto de Economia da UFRJ, considera que o discurso do Estado inchado vem perdendo força. “Existe um discurso ideológico em prol do Estado mínimo. E, felizmente, ainda que por conta de uma causa ruim, esse discurso se enfraqueceu a partir da pande-

mia de covid-19. Os países centrais viram como é necessário ter um Estado forte, tanto nos investimentos públicos — em vacinas, medicamentos, equipamentos — quanto em termos de funcionários que pudessem assegurar os serviços de saúde e de assistência à população. Esse discurso do Estado mínimo saiu enfraquecido da pandemia no cenário internacional. Há um movimento de reabilitação do Estado”, pondera Marta.

Os “interesses particulares” apontados por Mayra Goulart também são identificados pelo economista Fernando Benfca, do escritório regional do Dieese no Rio de Janeiro. “O fato de a classe trabalhadora brasileira ter conseguido implementar sua rede mínima de proteção social através da Constituição Federal de 1988 dificilmente arrefecerá o ímpeto das parcelas da burguesia interessadas na exploração privada dos serviços públicos. Pelo contrário. Com isso, teve início uma campanha tão virulenta quanto sistemática contra o Estado e contra o serviço público, vivenciada até os dias de hoje”, aponta o economista. “Em dissonância com a narrativa neoliberal, o Estado brasileiro permanece figurando

como mínimo para as parcelas da classe trabalhadora que mais dependem de seus serviços”, completa.

TÁTICA

Se em termos de conteúdo, a reforma administrativa vê ruidos de seus principais pilares, no campo prático ganha corpo uma tática para sepultá-la na Câmara dos Deputados. De acordo com o coordenador-geral do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe), David Lobão, a tática foi articulada na reunião da mesa de negociação entre o governo federal e as entidades que representam os servidores públicos, em 25 de julho. “A reunião tratou das questões não econômicas e discutimos nove pontos, entre eles a PEC 32. O governo colocou claramente seu compromisso de não aprovar essa PEC. Nosso encaminhamento foi que a liderança do governo negocie o arquivamento da proposta por meio de um acordo no colegiado de líderes, de colocar a votação em plenário e garantir o arquivamento com uma votação de lideranças. Isso é possível”, conta Lobão.

Na avaliação das entidades sindicais contrárias à PEC 32, o deputado Arthur Lira vem fazendo barganha com a reforma. “Ele não tem votos para colocar em votação. Se tivesse, já teria botado, inclusive ainda durante o governo Bolsonaro. Ele não garantiu a contabilidade de votos para isso, tem que ser alguém qualificado para aprovar uma PEC, de três quintos do plenário. E a vitória de Lula enfraqueceu ainda mais a possibilidade de aprovação dessa PEC”, avalia o coordenador-geral do Sinasefe.

“Os governistas não têm maioria, o que nos causa alívio. Mas Arthur Lira, que quer priorizar a PEC, também não tem maioria ainda, o que nos dá um alívio”, diz Rudinei Marques, presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate). Segundo ele, o inchaço do Estado “é mais uma fake news” alimentada durante o governo Bolsonaro. “Na verdade, a máquina está esvaziada. Em conversas, os ministros dizem que assumiram suas pastas e se depararam com uma grande falta de pessoal, como no Ministério do Meio Ambiente, no Ministério de Gestão e Inovação. Há poucos auditores fiscais do trabalho na pasta da Economia, e até mesmo em órgãos como o Ibama”,

diz Rudinei.

“A proposta de reforma administrativa que o Lira ameaça o tempo colocar para votar significaria agravar mais ainda a crise que atravessa o setor público, fruto da política de destruição da máquina administrativa que causou o esvaziamento dos órgãos públicos, como se observa no INSS, com milhões de beneficiários repesados”, reforça Sandro Cezar, presidente da CUT-Rio.

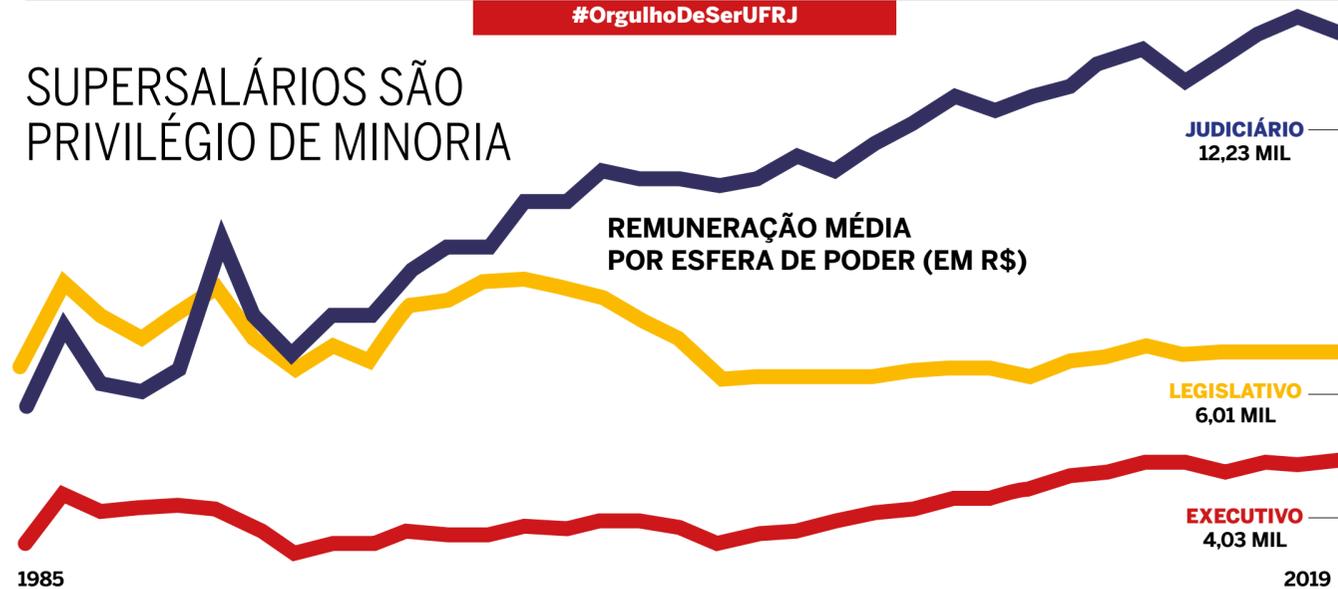
Cristina Del Papa, coordenadora-geral da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra), diz que a entidade planeja retomar a campanha de 2022 contra a PEC 32. “Visitamos gabinetes de senadores e deputados, no auge do governo Bolsonaro, e conseguimos travar a votação. Lira faz pressão, mas cão que ladra não morde. Se ele tivesse maioria, não estaria ameaçando. Ele está blefando. Nós temos os políticos dos partidos de esquerda que são contra a PEC e é interessante pensar que mesmo nos partidos de direita há servidores públicos que não vão votar contra os seus empregos”, analisa a sindicalista.

“O discurso do Estado inchado é um engodo, se comparamos com o cenário global. É um discurso violento que não encontra respaldo na realidade. No comparativo com os países escandinavos, com os países membros da OCDE, ou mesmo com os Estados Unidos, o paraiso do liberalismo, nossa marca comparativa é bastante tímida. Vamos reforçar nossa luta em defesa do Serviço Público por suas qualidades e peculiaridades”, diz o professor Gustavo Seferian, presidente do Andes-SN. Segundo ele, o tamanho do Estado brasileiro tem que ser medido pelas necessidades da população.

Essa também é a visão de David Lobão. “Para ter um Estado que garanta saúde, educação, previdência social, com qualidade, nós precisamos de mais servidores. E qualidade é importante. Se você pegar os serviços públicos municipais, a metade dos servidores é de terceirizados, não concursados. Sou professor de Matemática do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), lotado no campus de Campina Grande. Temos muitos professores terceirizados, prestadores de serviço, com salários baixíssimos e com alta rotatividade. Precisamos mudar essa realidade”.

(Colaborou Igor Vieira)

SUPERSALÁRIOS SÃO PRIVILÉGIO DE MINORIA



ALEXANDRE MEDEIROS
comunica@adufrrj.org.br

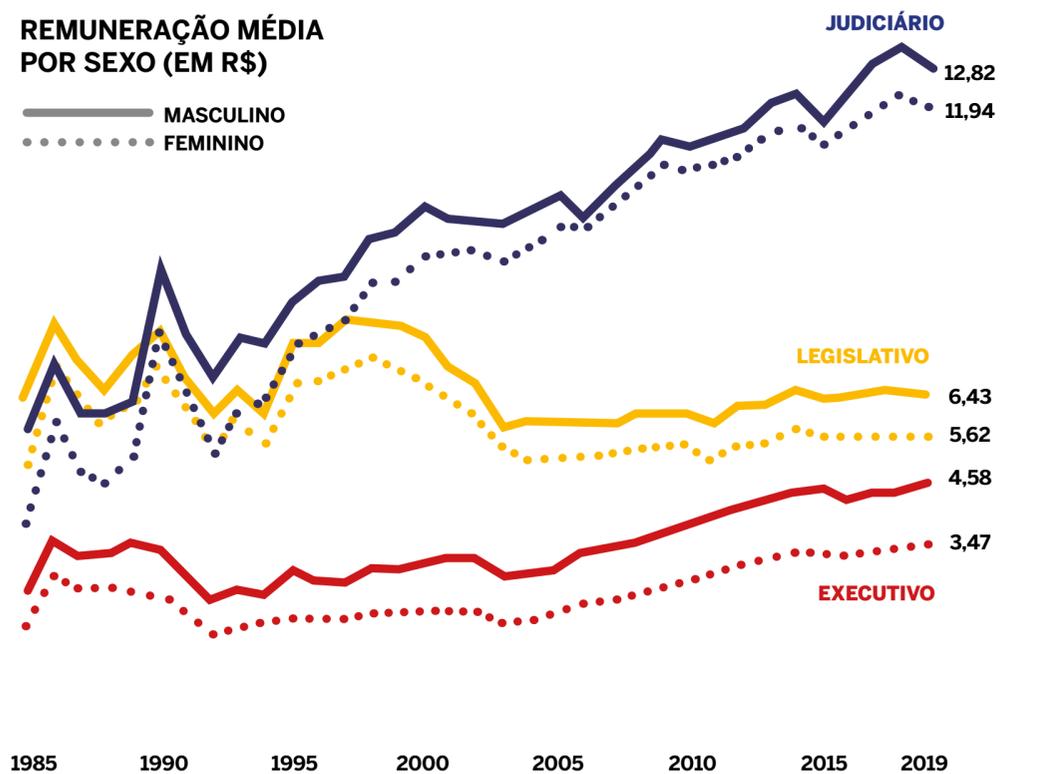
A atualização dos dados do Atlas do Estado Brasileiro, do Ipea, e dos números da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE, revela que altos salários e privilégios não fazem parte da vida da maioria dos servidores públicos do Brasil. Ao contrário, essas benesses estão restritas a uma pequena casta de funcionários. Pequena em percentual, mas imensa em termos de gasto público. Estudo divulgado em julho pelo Centro de Liderança Pública (CLP), com base nos dados da PNAD 2022, mostra que apenas 25,5 mil servidores — que representam 0,23% do total — recebem os chamados “supersalários” e custam R\$ 3,9 bilhões por ano ao país.

Os supersalários estão acima do teto do funcionalismo — que é de R\$ 39,2 mil. De acordo com o estudo do CLP, os integrantes dessa elite de 0,23% recebem, em média, R\$ 12,6 mil acima do teto. A proporção dos servidores nessa faixa salarial é maior na esfera federal — 0,77% —, seguida pelas esferas estadual (0,45%) e municipal (0,04%).

Na outra ponta, o cenário é bem diferente. O Atlas do Estado Brasileiro indica que a remuneração média dos servidores varia de forma significativa entre os níveis federativos e os poderes. Na esfera federal, enquanto a remuneração média no Executivo é de R\$ 4 mil e de R\$ 6 mil no Legislativo, ela chega a R\$ 12

REMUNERAÇÃO MÉDIA POR SEXO (EM R\$)

— MASCULINO
••••• FEMININO



mil no Judiciário. Os dados são de 2019. O quadro é similar nas esferas estadual e municipal.

“Há diferenças salariais grandes dentro do Serviço Público. Os maiores salários estão concentrados em algumas áreas, como o Judiciário. Mas há áreas como Educação e Saúde onde os

salários médios são baixos. Na Educação Básica, por exemplo, os funcionários técnico-administrativos têm salários muito baixos”, avalia a professora Marta Castilho. “Salvo algumas exceções de natureza aristocrática que ainda temos em nosso Serviço Público, o discurso quanto aos privilégios

não se sustenta. Em sua maioria, os vencimentos não são adequados”, reforça o presidente do Andes-SN, Gustavo Seferian.

A coordenadora-geral da Fasubra, Cristina Del Papa, diz que os privilégios não estão apenas nos salários. “O Legislativo e o Judiciário têm vale-refeição de

R\$ 1.000 por mês. E nós, técnicos universitários, de cerca de R\$ 600”.

A remuneração média entre os servidores é também diversa no recorte por sexo. As mulheres têm vencimentos médios inferiores aos homens em todos os poderes e níveis federativos.

GOVERNO ADIA NEGOCIAÇÃO E PREOCUPA SERVIDORES

KELVIN MELO
kelvin@adufrrj.org.br

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) adiou a reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNPP) com os servidores. Antes marcada para esta sexta (4), a atividade foi reagendada para o dia 10. O adiamento diminuiu o prazo para um acordo que viabilize reajustes salariais do funcionalismo no orçamento

do próximo ano. O governo tem até o fim de agosto para enviar ao Congresso sua proposta orçamentária de 2024 (PLOA). “Vejo com muita preocupação o adiamento. Está ficando muito em cima desse prazo de envio da PLOA”, afirma a vice-presidente da AdUFRJ, professora Mayra Goulart. “E preocupa também que a mesa setorial para dar conta da defasagem salarial específica do magistério federal sequer foi aberta. Temos uma defasagem maior que a de muitos segmen-

tos do funcionalismo”.

Nesta sexta (4), durante a solenidade de transmissão dos cargos entre a antiga e a nova reitoria, a diretoria da AdUFRJ levou um ofício para entregar ao ministro da Educação, Camilo Santana, reivindicando a abertura da mesa setorial do ensino superior. “É importante salientar que a remuneração do professor universitário tem grande defasagem quando comparada a outras carreiras de Estado em que não é exigida formação similar”,

diz um trecho do documento. O titular do MEC, porém, não compareceu à cerimônia. O ofício foi recebido por um representante da pasta (leia mais na página 8).

PERDAS DE 39,92%

A campanha salarial divide o funcionalismo em dois blocos, em função dos diferentes acordos firmados em 2015. Os professores federais estão no grupo que reivindica uma recomposição das perdas de 39,92% desde julho de 2010, quando houve o último

reajuste do governo Lula. A reposição seria distribuída nos próximos três anos.

A mudança de data da Mesa Nacional forçou uma reorganização do calendário de debates do movimento docente, divulgado na edição anterior. Entre os dias 11 e 17, haverá uma rodada de assembleias para avaliar a proposta do governo. Nos dias 19 e 20, uma reunião do Setor das Federais faz um balanço com todos os resultados.

#OrgulhoDeSerUFRJ



MEDRONHO TOMA POSSE COM MÚSICA E DEMOCRACIA

> Deu samba. Cerimônia de transmissão dos cargos de reitor e vice-reitora da UFRJ uniu Educação, Ciência e Cultura, tudo que o Brasil e a UFRJ têm de mais valioso. Noca da Portela foi destaque

SILVANA SÁ
silvana@adufjr.org.br

Sou profundamente grato ao ensino público. Por isso, tenho o compromisso de devolver à sociedade o que em mim ela investiu”, disse o reitor Roberto Medronho ao tomar posse no cargo mais importante da UFRJ.

A cerimônia foi concorrida. Representantes do Executivo, do Legislativo, do Judiciário, reitores de universidades públicas e privadas do Rio de Janeiro e de outros estados, dirigentes de agências de fomento, ex-rei-

tores da UFRJ, músicos, cientistas, estudantes, professores, técnicos. Era grande a representatividade da plateia. Os 500 lugares do auditório do CT, no Fundão, não comportaram as mais de 800 pessoas confirmadas para a solenidade.

A diretoria da AdUFRJ foi representada pelas professoras Ana Lúcia Fernandes, Nedir do Espírito Santo e Mayra Goulart. Além de desejarem sucesso à nova gestão, Mayra e Nedir, em discurso, falaram das articulações e pautas trabalhadas pela AdUFRJ. “Defendemos a ideia de uma universidade de excelência com inclusão. Fomos recebidos pela atual PR-4, dando seguimento às negociações iniciadas na última gestão. Aumentamos nossa articulação com o Parlamento via Observa-

“Sou profundamente grato ao ensino público. Por isso, tenho o compromisso de devolver à sociedade o que em mim ela investiu”

ROBERTO MEDRONHO
Reitor da UFRJ

tório do Conhecimento”, destacou a professora Nedir. Mayra completou que a atuação do sindicato e do Observatório em advocacy tem ajudado a fortalecer pautas caras às universidades. “Estamos construindo um projeto de lei que garanta que os reitores eleitos por suas comunidades universitárias sejam empossados”, afirmou.

Os estudantes também saudaram a nova gestão. “Estamos a serviço da universidade, por mais verbas, mais cotas, mais assistência estudantil”, disse a aluna Giovanna Tavares. “É fundamental que a gente se una pelo fim da lista triplíce e que a gente abra um canal de diálogo responsável e democrático com a nova gestão”.

O Sintufjr também se fez presente. Esteban Crescente, co-

ordenador do sindicato, pediu mais democracia. “Esperamos que seja uma gestão de defesa da universidade, por uma universidade mais democrática e mais plural”.

Na lista de representações, o depoimento mais emocionante foi de Natália Trindade, da APG. “Eu gostaria de falar da urgência de reconstruir a universidade. É preciso que ela volte a ser um lugar de sonhos. Serei a primeira doutora da minha família. Aqui nutri sonhos da minha mãe, da minha avó, e pude sonhar mais para realizar mais”.

O ex-reitor Carlos Frederico Leão Rocha destacou os feitos de sua gestão e desejou boa sorte aos colegas. “Tenho certeza de que estamos deixando a UFRJ em boas mãos”.

#OrgulhoDeSerUFRJ

FOTOS: FERNANDO SOUZA



Emocionada, a vice-reitora lembrou de sua trajetória familiar e profissional. “Escolhi engenharia e sofri um pouco de resistência do meu pai. Quis ser professora muito por influência de minha mãe, que era professora primária. Tenho certeza de que hoje estariam orgulhosos de mim. Poucas vezes na vida passei por um momento tão especial na UFRJ, como esta cerimônia”, disse a professora.

Cássia Turci lembrou do período da pandemia, em que coordenou a fabricação de álcool 70º, quando o insumo faltou no mercado. “Nossa luta na pandemia teve como lema principal ‘salvar vidas’. Tenho muito orgulho do trabalho que desempenhamos nesse período”, afirmou.

O secretário-executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luis Fernandes, falou em nome da ministra Luciana Santos. “Conseguimos recompor por completo o orçamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e isso vai ajudar muito as universidades e institutos, além de recuperar a infraestrutura de pesquisa, que foi destruída de forma criminosa no governo anterior”. Ele também anunciou para breve o lançamento de um programa voltado para o tema. “Vamos lançar um Proinfra robusto e com periodicidade para possibilitar o planejamento das instituições”.

Arthur Chioro, presidente da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), representou o ministro da Educação, Camilo Santana. “Tenho absoluta convicção de dizer que este ato de transmissão de cargos será repetido em todas as universidades que escolherem seus representantes. A democracia será respeitada”, garantiu.

Médico de formação e professor da Universidade Federal de São Paulo, Chioro falou sobre a necessidade de fortalecer o Complexo Hospitalar da UFRJ. “É inaceitável o quadro de degradação em que vivemos. Precisamos recuperar anos de desinvestimento e fortalecer o Complexo Hospitalar, que se mostrou tão importante no enfrentamento da pandemia. Esse é um governo que entende de verdade o papel da Educação e da Saúde públicas”.

Em seu discurso, o novo reitor

reafirmou o compromisso com a assistência estudantil. “É inaceitável ver um estudante aprovado para a maior universidade federal do Brasil ter que desistir do curso por vulnerabilidade socioeconômica”, disse Medronho.

Músico e portelense de coração, o reitor também fez questão de destacar a importância da arte popular. “Faremos festivais, shows, atividades. E o Caneção agora finalmente será da UFRJ. Precisamos fazer reparação histórica com a cultura que foi vilipendiada pelo governo anterior”.

O reitor ainda anunciou publicamente a instalação de mesas permanentes de negociação com as representações da UFRJ – o tema foi adiantado pelo Jornal da AdUFRJ em maio, em entrevista exclusiva com o então reitor eleito.



CENAS DA POSSE



FOTOS: FERNANDO SOUZA

HOMENAGEM À DONA NEUZA



“De minha mãe, dona Neuza de Andrade Medronho, herdei a doçura, a delicadeza e a empatia”, disse o reitor. A simpática e orgulhosa mãe estava na plateia. Aos 91 anos, ela se emocionou ao reconhecer o filho no palco. “Fiquei muito contente, muito emocionada”, declarou. Dona de casa, ela criou os filhos em Piedade, Zona Norte do Rio de Janeiro.

“A gente tem muita história. A gente foi criado junto, brincando na rua, pegando manga, carambola no pé”, lembrou Luci Mizuno, prima de Medronho. “Estou muito orgulhosa”.

O irmão de dona Neuza, tio materno do reitor, chorou. “É uma felicidade. Nós viemos de uma família muito humilde. Essa é uma vitória de toda a nossa família”, disse o senhor Ivan José Andrade. “Foi muita luta para que esse dia chegasse. Ele está hoje onde está é fruto do trabalho dela”, disse ele, em referência à dona Neuza. “Passa um filme na cabeça”.

#OrgulhoDeSerUFRJ



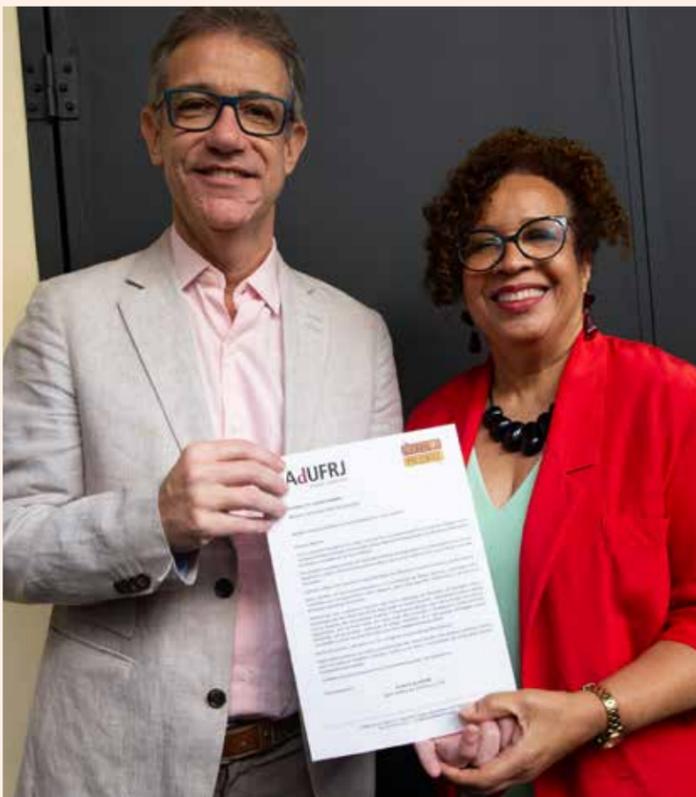
Do erudito ao popular. A cultura foi citada e homenageada com lindas apresentações. Na abertura da cerimônia, a Camerata de Sopros da Orquestra Sinfônica da UFRJ, sob a regência de Gabriel Dellatorre, executou peças de chorinho. No encerramento, muito samba com Noca da Portela. Violões do Museu, com violões produzidos a partir da madeira do incêndio do Museu Nacional, e Tira o Dedo do Pudim, quarteto da Escola de Música da UFRJ, também abrilhantaram o final da cerimônia.

ADUFRJ ENTREGA CARTA AO MEC

Logo após a cerimônia, a diretoria da AdUFRJ entregou ao representante do MEC, o professor Arthur Chioro, um documento a ser encaminhado ao ministro Camilo Santana. Na carta, a diretoria reivindica a abertura imediata de mesas setoriais de negociação. A justificativa é que a carreira do magistério federal tem muitas especificidades e um déficit de reajuste maior do que outras carreiras do funcionalismo federal. Chioro se comprometeu a levar a reivindicação ao ministro da Educação e a defender a pauta.



ANA LÚCIA FERNANDES



ANDRÉ LUIZ MELLO

FESTA FINAL FELIZ

Música ao vivo de qualidade, comidinhas gostosas e um bate-papo descontraído com os colegas marcaram a festa de encerramento do semestre letivo promovida pela AdUFRJ, na noite de quarta-feira (2). "Esses espaços de convivência permitem que os professores socializem, se encontrem e se conheçam", afirmou a vice-presidente do sindicato, Mayra Goulart. Maria Paula Nascimento professora do Instituto de História e ex-diretora da AdUFRJ, reforçou. "Ao encontrar nossos pares, criamos laços de afeto e identidade que são muito importantes para a luta sindical". **(Igor Vieira)**

